



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigrafiacma@gmail.com

20ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 08 DE MAIO DE 2025

(a ata desta Sessão está disponível em <https://www.aracaju.se.leg.br/processo-legislativo/atas-das-sessoes/2025/sessoes-extraordinarias/ata-da-20a-sessao-extraordinaria-08-05-2025.pdf/view>)

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS - PSD

Sob a proteção de Deus e em nome do povo aracajuano, declaro aberta a 20ª Sessão Extraordinária. Vamos pedir ao vereador Joaquim da Janelinha fazer leitura do expediente.

2º SECRETÁRIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT – LEITURA DO EXPEDIENTE

Expediente Extraordinário, 08 de maio de 2025.

Requerimento 165/2025, autoria vereador Ricardo Vasconcelos. (Leu).

Lido o expediente.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS - PSD

Para fazer a leitura bíblica, vereador Binho.

BINHO – PODEMOS – LEITURA BÍBLICA

Obrigado, presidente. Bom dia. “E o Deus de paz seja com todos vós.” Amém!

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vamos lá!

Pauta da 20ª Sessão Extraordinária.

Projeto de Lei Complementar 06/2025, 1ª votação, Isac Silveira, dispõe sobre a criação de serviço público de loteria no município de Aracaju, denominado Loteria Municipal de Aracaju, a Locaju. Faltando parecer na Comissão de Justiça. Pastor Diego.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Senhor Presidente. Isac, Isac é um amigo, um parceiro, mas no tocante aos projetos, principalmente na função de presidente de comissão, eu busco ser muito neutro e busco tentar valorizar o trabalho da comissão, buscando atender os critérios legais e constitucionais, independente de viés de esquerda, de direita, do lado que você defende, mas na comissão eu busco trabalhar de forma técnica. Esse é um assunto que me traz bastante preocupação e cuidado, porque eu confesso que eu não tenho, neste momento, eu não tenho uma formação fechada em relação à legalidade ou não. Não tenho uma opinião fechada, considerando, que eu estava conversando até com o vereador Elber, nós temos uma ADPF em andamento, onde o Supremo vai, de fato, decidir se há portanto, se há uma competência do município e dos estados para poder regulamentar e para poder legislar sobre essa matéria. E eu não falo necessariamente de competência da Câmara, para poder propor esse tipo de projeto, até porque eu entendo que é um projeto que vai trazer benefícios, não vai trazer nenhum prejuízo em tese fiscal para o município. Minha questão não é essa. Minha questão principal é em relação a, de fato, a competência, porque nós temos em tese uma vedação constitucional que traria uma competência para a União, porém, nós já temos várias loterias estaduais criadas nos estados e nós temos um voto do ministro Gilmar Mendes, que nesse voto ele inclusive disse que entenderia que seria possível também a loteria municipal. Porém, nós temos uma DPF em andamento que vai de fato fechar o entendimento da legalidade ou da não legalidade desse projeto. Eu vou passar uma parte, como nós estamos em comissão de discussão, vou passar um aparte para o vereador Isac para poder explicar também o assunto dele, a opinião dele, antes de eu trazer o meu voto aqui enquanto relator.

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – QUESTÃO DE ORDEM

Eu queria ponderar, vossa Excelência, o seguinte, veja, a própria ADPF, que está sendo julgada no Supremo, sugere para nós que não há no mundo do direito um consenso ainda sobre essa matéria. Então, o parlamento, por ser um parlamento independente, ele não tem previsão em nenhum regramento jurídico que ele tem que esperar uma decisão. Isso nos conduz ao seguinte entendimento, nós estamos livres, ao contrário de já haver o impedimento expresso. Isso nos torna mais livre ainda para votarmos favoráveis na comissão a esse projeto. O pressuposto que eu percebo da sua elucubração é que, em não havendo a decisão, nós estamos impedidos. É o contrário.

Em não havendo a decisão, podem os municípios fazê-la. Ah, mas saiu uma decisão. Bom, se sair uma decisão, cai em todos os projetos. Porque está em Campinas, Rio de Janeiro, Socorro, Lagarto e aí vai para o Brasil todo. São Paulo, Brasil... Vejam bem. Meus irmãos, essa é uma guerra por recursos. Fundo de tudo aí é dinheiro. A União quer pra ela. Desculpa a expressão, chama-se, sem nada pejorativo, a mãe gorda. Quer arrastar. Só que os filhos dos municípios querem também. Então nós queremos mais arrecadação aqui dentro, esse é o pano de fundo, essa é a briga lá no Supremo. Imagine quantos interesses estão lá dentro agora, quantos grupos estão lá dentro. O Estado foi rápido aqui, o governador Fábio foi ligeiro, pode, “tá-pum-pum”. E a gente ainda está “diversando”, se pode... Meus amigos, quem conhece a realidade da Secretaria de Esporte e Juventude sabe da agonia que é porque não tem orçamento. Quem não lembra do nosso amigo Hora, que largou a Secretaria de Esporte e Lazer na gestão de Edvaldo Nogueira e foi embora, porque não tinha sequer dinheiro para comprar uma medalha. Ele disse, eu vou ficar aqui nada, rapaz, nessa humilhação? Essa é a situação que a Secretaria de Esporte e Juventude está com o orçamento ainda da época do então prefeito Edvaldo Nogueira. Miséria. Não tem nada. Então, a gente precisa enriquecer recursos com aquilo que existe. Então, portanto, meu caro presidente, o senhor, que é um doutor conhecedor do mundo do direito, nos conceda do beneplácito, do direito de legislar. Obrigado.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Isac, eu agradeço a participação de vossa excelência, agradeço pela construção na discussão, mas eu confesso, eu estava aqui pesquisando também, eu sei que o governador, Fabio Mitidieri, ele agiu rapidamente para poder preparar, legislar, criar loteria estadual, só que nós estamos diante de um cenário, eu não estou nem entrando, eu sei que a Elber vai entrar nessa seara da competência da Câmara para esse assunto, que seria, no caso, a competência do Executivo, como no Estado foi a Fábio que fez. Eu não vou entrar nem nessa seara, não vou entrar nem nesse mérito. A minha preocupação maior, nesse momento, é quanto à legalidade dessa iniciativa, porque é uma ação que nós ainda não fechamos o entendimento. E nós já tivemos aqui projetos nessa casa, principalmente na legislatura passada, que a gente segurou a onda até aguardar um posicionamento, de fato, de um processo que estava no Supremo. Como a gente ouviu aqui em discussão, pera aí, vamos legislar, vamos criar. E em breve veio uma decisão

contrária, alegando que não existe competência do município, do Estado, para poder legislar nessa matéria. Então, é um assunto que traz essa preocupação. Nós, enquanto Comissão de Justiça, para poder legislar. Eu confesso, eu vou passar agora, antes de eu emitir meu voto, vou passar o voto para o Vereador Elber, trazer o voto dele para poder enriquecer a construção. Vou ouvir a Vereadora Sonia, o vereador Tuca, antes de trazer o meu voto, porque eu confesso que é um assunto, para mim, que está muito aberto. A gente não está atendendo aqui o princípio da legalidade no direito administrativo é A ou B, sim ou não. É um assunto aberto e nós estamos aqui interpretando qual é a forma de decisão. Vou passar para o Elber para ele emitir o voto dele.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Na verdade, Diego, a minha fala é para contribuir com a discussão que vossa Excelência cita e dizer o seguinte. É bem isso que está acontecendo aqui, por isso que eu fui contra a urgência desse projeto. Por quê? Imagine que nós acordamos hoje, hoje de manhã, eu acordar às 5h15 para ir tentar engordar menos na academia, eu nunca tinha lido nada sobre competência de loterias municipais, estaduais ou federais. E agora, no mesmo dia, ao meio dia e quatro, eu sou um instado para decidir se isso é constitucional, se nós temos competência, se é competência privativa, executivo ou legislativo, se o município pode ter loteria. Por isso que eu acho que é extremamente inoportuno, deslocado, decidirmos isso de maneira açodada hoje. Até porque tenho muitas minhas dúvidas se a prefeita Emília vai implementar essa loteria, certo? Que, ao que me parece, é mais um desejo dos colegas parlamentares que existe a loteria do que dela mesma, senão ela teria colocado o projeto de iniciativa dela. Mas, independentemente disso, tenho que apreciar o projeto, já que aprovou urgência. Sobre a inconstitucionalidade no que diz respeito a criar uma loteria municipal, hoje, eu tenho, forçosamente, por um raciocínio de lógica, a entender como o Isac disse, não há uma decisão proibindo. Então, tecnicamente, eu não vejo a proibitividade hoje clara de se declarar isso, apesar de que eu acredito que no julgamento vai se declarar inconstitucionalidade, sobretudo das municipais. É o que eu sinto por vários fatores, alguns inclusive extrajurídicos, como bem o Isac citou. Mas eu tenho sérias dúvidas de a possibilidade desse projeto nascer das mãos de um legislador. O colega Rodrigo disse: “ah, mas tem vereador tal de tal lugar que propôs.” São questões que estão sendo questionadas no Supremo agora e que provavelmente terão seu desdobramento nos

próximos dias. Concordo plenamente com Vossa Excelência, que a oportunidade de apresentar isso poderia muito bem aguardar dois, três meses, porque viu o projeto, o processo já está na fase do *Amicus Curiae*. O último *Amicus Curiae* apresentou o parecer dele, 5 de maio. Que dia é hoje? 8 de maio. Então ele já vai para a pauta. Há três dias foi a última contribuição do *Amicus Curiae*. O que é o *Amicus Curiae*? Entidades, igrejas, associações de lotéricas... São chamados pelo Supremo para darem sua contribuição sobre o tema. Então, a última delas apresentou dia 5 de maio. Então, muito provavelmente, teremos uma decisão nesse processo nos próximos meses. O meu voto e entendimento é que criar loteria municipal, hoje não é inconstitucional. Eu tenho minha restrição quanto à iniciativa do Poder Legislativo sobre essa matéria. Pesquisei, existe jurisprudência por dois lados. Existe jurisprudência dizendo que é competência privativa do Executivo e existe jurisprudência dizendo que é iniciativa concorrente de ambos. Eu vou me filiar à corrente que acha que é iniciativa privativa do Poder Executivo criar loteria. Porque eu acho que é interpretar muito extensivamente a nossa competência legislativa, se disser que eu posso criar uma loteria, destinar para onde vai o recurso e colocar também para onde vai a política dessa situação de uma secretaria específica. Então, meu voto vai ser pela inconstitucionalidade sobre o vício de iniciativa. E não sob a proibitividade de se discutir loteria. Fazendo registro, sobretudo, que particularmente vou continuar votando contrário ao tema na primeira votação, porque, apenas como um registro de protesto, de não votarmos um tema de tal complexidade e de tal importância em um dia só, à toque de caixa e repique de sino, mesmo que o faça sem nenhuma elucubração sobre outros interesses ou coisa do gênero. Estou dizendo aqui que não concordo, da mesma forma como critico os projetos do Executivo que vêm aqui assim, se eu, nesse, julgasse diferente, Janelinha, eu estaria sendo incoerente. Da mesma forma se fosse um projeto de Emília, que chegasse aqui hoje pela manhã, e que fosse para ser votado hoje, que atropelasse tudo desse jeito, não falo atropelar regimentalmente, mas atropelar com a possibilidade de estudar, a possibilidade de discutir, até o Breno disse, não dá para pedir vista não? Não. Porque quando pede urgência não pode pedir vista. Atropelar no sentido de limitar as possibilidades e ampliar o debate, de darmos mais conhecimento e mais discussão. Ontem, discuti com o Byron aqueles projetos das fiações de internet, e quanta coisa a gente aprendeu ontem, não foi, Byron? Que eu não tinha nem ideia de como era aquilo, aquilo é um vespeiro. Então, quando a gente se detém a estudar um projeto melhor, a gente se enriquece de conhecimento e a solução é mais afetiva. Hoje aqui nós estamos

fazendo uma coisa de muito superficial, muito rasa, que vai ser como Deus e as energias do universo permitirem. Então, meu voto é pela inconstitucionalidade, pelo vício de iniciativa, e não por entender que é proibido ter loteria municipal, porque, para mim, se não tem julgamento no Supremo, é permitido.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Eu entendi o voto de vossa excelência Elber, eu agradeço. Enquanto vossa excelência estava proferindo o seu voto, eu fui pesquisar aqui, também estava pesquisando, e o que eu vi é que, no Brasil inteiro, no Brasil inteiro, nos municípios, existe de fato uma divergência dessa iniciativa. Tem várias cidades que foi o parlamento que protocolou, a prefeitura depois regulamentou e sancionou. Tem outros municípios que a prefeitura mandou o projeto e a Câmara aprovou. Então, isso está aberto no Brasil inteiro.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Dizer aqui que tem tribunais de um estado que declarou que era inconstitucional, porque era inexercível da Câmara, tem outro tribunal de outro estado que declarou que a Câmara podia fazer.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Então, isso está em aberto. Eu vou divergir do voto de vossa excelência e nesse sentido eu vou votar pela tramitação, considerando dois aspectos. No mérito eu sou contra, tá? No mérito eu vou votar contrário, mas no aspecto, Comissão, eu busco ser muito legalista. Não há uma proibição ainda, uma decisão do Supremo em relação a esse sentido. De outro ponto, iniciativa está em aberto também. O que está no Brasil inteiro são essas decisões que a Vossa Excelência colocou, onde um lado a Câmara, o outro lado a Prefeitura, o Tribunal reconhece que é uma competência da Câmara, o outro Prefeitura. Então, nesse sentido, eu não vou trazer uma limitação ao poder de legislar da Câmara. Então, nesse caso, eu vou votar pela tramitação do projeto. Como vota o vereador Isac?

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Vejo exatamente nesse diapasão que o senhor colocou e dizendo algo assim que é muito importante deixar claro no projeto. A regulamentação desse projeto é da lavra do executivo. É ele quem vai fazer e quando eu conversava com a prefeita Emília Correia, eu disse: “olha, a senhora pode dissipar da sua mente, se por acaso houver qualquer dúvida de interesse privado particular ou interesses exclusivos, porque as loterias elas são implementadas com licitações”. Então teria que ter um gênio da lâmpada azul aqui e dizer a empresa tal é que vai ganhar, então esqueçam isso, não há interesses desonrosos nenhum. O que há é uma visão do parlamento, que nós construímos com os colegas, de que se a gente pode arrecadar, se esse processo é legal, se as pessoas podem escolher se jogam ou não jogam, porque é que Aracaju vai se furtar a isso? Por que é que eu vou permitir que Socorro, com todo respeito, tenha uma loteria e Aracaju não possa ter? Ora, na minha avaliação, é ser omissos. E eu não quero, eu espero e respeito quem pensa assim, mas que esse parlamento não seja um púlpito. Nós não queremos colocar aqui o pensar da religião, porque na religião jogar é pecado, mas no mundo laico, não há pecado algum. As pessoas têm o direito de arriscar, é um livre arbítrio das pessoas. Eu lembro muito o pastor Caio Fábio, ele dizia assim: “não façam da igreja o palanque político, mas também não façam dos parlamentos, o púlpito. Então, eu estou legislando sobre um direito do cidadão e nessa perspectiva, as contradições nos dá o direito de escolha, São Paulo, que é a grande capital, foi um vereador que propôs no PSD. Então, acho que a gente tem as condições de fazê-lo. Tudo que nós pudermos trazer de recurso para a nossa administração, eu vou fazer, tudo dentro da legalidade. Enquanto houver os princípios da legalidade, eu não me furtarei, mesmo que de fórum íntimo eu seja contrário. Não sou apaixonado pelos bets, já fiz aposta, não faço mais. Acho que tem todas as contradições, não sou de jogar em loterias, não é do meu mundo, mas vejo meus colegas jogando. E uma vez eu estava ouvindo um psicólogo dizer assim: “sabe por que as pessoas jogam, meu tio? Não é só porque elas acham que vão ganhar, é que elas querem dormir com uma esperança”. Cabra tá no SPC e no Serasa, ele não tem mais o que esperar, aí o que ele faz? Ele joga 1,0 real, 1,50, 2 reais, e ele ali tem uma ponta de esperança que amanhã tudo pode mudar. Ele sabe que são milhões e milhões e milhões de chances dele não ganhar, mas ele tem o último elemento, o fio da esperança. É o argumento, e hoje foi um psicólogo falando sobre isso. Então o que nós queremos fazer aqui, longe dessas questões das esperanças, da religião, é dizer o seguinte: A mãe união está muito bem, graças a Deus, tem dinheiro para fazer os projetos que ela escolhe. Pode olhar, a União está com déficit, daqui a pouco, tantos

bilhões para isso, tantos bilhões para aquilo ali. A gente não, é quase mendigando o recurso, é cortando, eu não entendo. Então, portanto, nós temos a oportunidade, tanto no campo legal, quanto do campo econômico, de oportunizar a Aracaju. E aí a prefeita Emília Corrêa vai ter a condição de regulamentar e nós vamos lutar por isso, nós vamos pressionar para que ela faça. Ela disse a mim que ia sancionar, disse na minha frente, na frente de Rodrigo Fontes e disse na frente do pastor Diego, tenho duas testemunhas, que ela vai sancionar. E eu espero isso e não há nenhum demérito dela fazer isso. Mesmo ela sendo evangélica, mesmo ela não jogando, porque ela é prefeita de Aracaju. Ela é prefeita do Estado laico. Portanto, deverá seguir aquilo que anseia a população representada pela maior expressão da democracia, que é a Câmara de Vereadores de Aracaju. Que tem um palhaço Soneca de profissão, que tem um militar, Byron, que tem um professor, Iran, que tem um servidor do INSS, que tem as apresentações sociais todas aqui dentro, que tem um pastor. Portanto, pode ser a maior, e é, eu digo para vocês, é a maior expressão da democracia que existe, é um parlamento. Portanto, é aqui que os anseios populares se registram e se configuram e se concretizam. Obrigado, presidente.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSAO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Vereador o voto de vossa excelência, como é que vossa excelência vota? Vossa excelência não falou o seu voto.

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – MEMBRO DA COMISSAO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Sim, voto sim, pela tramitação.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSAO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Pela tramitação, não é? Vossa excelência só para poder registrar, é que o meu voto não foi baseado em minhas convicções religiosas, eu busquei ampliar a discussão e ser técnico, porque se fosse pelas minhas convicções, eu votaria contra. Então, na comissão, eu busquei ser técnico. Como vota o vereador Anderson de Tuca?

ANDERSON DE TUCA – UNIÃO BRASIL – MEMBRO DA COMISSAO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Senhor presidente, eu também entendo que nós não temos uma matéria pertinente, mas eu acho que a discussão tem que existir. É salutar, não me leva a mal. Não estou falando caso de vossa excelência específico. Mas é que existe a conveniência e a oportunidade, pelo fato de seguir uma religião. Eu acho que a gente aqui é uma democracia. Isac acabou aqui de falar: cada um tem seu gênero, cada um acredita. Eu acho que a fé ela é única. Deus também é único. Mas a pessoa vai seguir a doutrina que ela quiser. Porque a gente está em um país laico, um país que a gente respeita todas as religiões. Então, ah, não é conveniente. Pum. Não. Vamos ver, vamos estudar. Convença-me. E misturar Bet, que bexiga está falando de Bet aqui? Então, vamos botar as coisas, os ponto nos is. Então, eu sou favorável a qualquer emenda, qualquer discussão. Se lá na frente, estamos na segunda discussão, Isac. E não for viável, Elber. Existe uma insegurança, eu peço a você para tirar. Não tem problema nenhum. Mas acredito que a ideia é boa perante o benefício, vereador Byron, que pode gerar para projetos sociais, para projetos esportivos. Por exemplo, Aracaju não tem como volto a repetir e vou falar milhões de vezes, não tem hospital. Por que não usar? Já tem um recurso, tem uma receita nova. Você sonega a receita nova? Então, eu acho que a ideia é essa, eu sou parecer favorável à sua tramitação e que possamos debater e chegar a um denominador comum, Levi, que a gente possa ver o que é bom para a nossa população. E, se no meio do projeto, na segunda discussão, através das emendas, mesmo assim, de repente tiver alguma decisão, paciência. A ideia é muito boa. Mas, senhor presidente, meu voto é sim pela tramitação.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Vereadora Sonia, como vota a senhora?

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Então, primeiro, eu gostaria de expor o seguinte. Acho extremamente importante quando vereadores, vereadoras se posicionam interessados em regulamentar determinadas áreas, nesse caso aqui são as lotéricas, com o objetivo, inclusive, de ampliar os recursos públicos. Nós precisamos, lógico, de recursos públicos, mais recursos, mais investimento no município, para que a gente possa cada vez mais ter políticas públicas efetivas. Acho extremamente importante. Acho que o mérito do que está sendo colocado aqui, ele é muito, mas muito importante. Não vejo que a questão de

votar contrário a Casa Lotérica ou não seja por uma questão de ordem religiosa. Inclusive, acho, vereador Isac, que a prefeita deveria, ao escutá-lo e saber da importância desse projeto, ter um gesto que só engrandece o trabalho que ela quer desenvolver na Prefeitura Municipal de Aracaju à frente. Ela mesma enviar um projeto porque resolveria os problemas que estão sendo colocados aqui hoje. Que é exatamente dos vícios que nós não podemos incorrer. Eu me abstive na primeira votação, se era em regime de urgência ou não, porque exatamente acho que precisava de mais tempo, inclusive para que pudesse fazer um debate com a prefeita e ela assumir esse projeto como do executivo, que seria grandioso para a gestão dela, incorporar esse projeto, vereador Isac, seria grandioso. Porque ela foi eleita para ser perfeita da população de Aracaju. Então, a população, por mais representação que nós tenhamos aqui, é que tem, é que está acompanhando e analisando a sua gestão, não só a nossa, mas a dela também, não só a nossa legislatura. Como o projeto foi aprovado para entrar em regime de urgência e o presidente aqui colocou que não será votada a segunda votação hoje, eu gostaria de dizer que dentro da... para ser coerente, eu voto pela tramitação e nós precisamos aprofundar essa discussão porque se de fato for caracterizado, porque está o sim e o não, pode ser função nossa ou não, pode ser judicializado ou não, então entre o sim e o não, vou votar pela tramitação, mas, desde quando a gente não coloque aqui a votação depois, seguinte, para ser imediata. Porque senão não há tempo inclusive da gente reverter a situação, porque assim eu vou votar contrário ao projeto, por não ter dados, elementos suficientes para não cometer um erro dentro daquilo que a gente está aqui colocando, certo? De vício e de iniciativa. É isso. Então, pela tramitação.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Votação encerrada na Comissão. Como foi o voto de vossa excelência, Sonia? Favorável? Então, 4 votos favoráveis e 1 voto contrário. O da senhora foi contrário ou favorável? Favorável à tramitação. Então, 4 votos favoráveis na Comissão e 1 voto contrário do vereador Elber. Aprovado na Comissão de Justiça.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vamos à Comissão de Finanças. Não tem o presidente nem o secretário aqui nesse momento, então vamos pedir ao vereador Levi para ser o relator do projeto.

LEVI OLIVEIRA – PP – RELATOR DA COMISSÃO DE FINANÇAS

Senhor Presidente, só para justificar meu voto, eu sou contra os jogos de azar, toda a minha convicção que tenho, mas, mediante o que o líder Isac falou, nada mais justo que existe realmente a lotérica federal que já faz esse tipo de jogos e é legalizado, nada mais justo que esses recursos venham para a nossa cidade, venham para o nosso município, para que esses recursos possam ser investidos em diversas áreas que já foram citadas aqui. Então, meu voto é sim, presidente, pela tramitação do projeto.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Pela tramitação. Vereador Maurício?

MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – MEMBRO DA COMISSÃO DE FINANÇAS

Só para justificar antes o meu voto, eu estava fazendo uma pesquisa aqui rapidamente e a gente já sabe que existe entendimento do STF, do Supremo Tribunal Federal, de que o domínio das loterias não se restringe à União. Então, é por isso que hoje, como foi exposto aqui, essas loterias já existem a nível estadual, municipal, vários exemplos, como Campinas e outras cidades, que já existem essas loterias. Sem contar que é uma nova receita. Como a gente está na Comissão de Finanças, a gente discute receita. Não vejo nenhum óbice da criação dessa loteria, visto que vai ajudar ainda mais ao nosso município angariando recursos, para investir em outras áreas, não só dentro do esporte. Então, eu voto favorável pela tramitação.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vereador Levi, você escolhe mais três *ad hocs*. Ah na comissão só de finanças.

LEVI OLIVEIRA – PP – RELATOR DA COMISSÃO DE FINANÇAS:

Como o vereador Breno Garibalde?

BRENO GARIBALDE – REDE – MEMBRO AD HOC DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Sigo o relator, Senhor Presidente.

LEVI OLIVEIRA – PP – RELATOR DA COMISSÃO DE FINANÇAS

Como vota o vereador Isac?

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – MEMBRO AD HOC DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Presidente, como *ad hoc* eu quero ler uma breve... Há um estudo sobre loterias municipais, mais recursos para quem ganha, para quem mais precisa. Segundo estudo econômico realizado pela empresa Lene Consultorias, a previsão média anual de faturamento com as apostas, retirando os prêmios pagos aos vencedores e o imposto de renda, é de R\$ 1,5 milhões para empresas pequenas, porque elas também podem ser alcançadas com financiamento desse recurso. R\$ 24 milhões para empresas médias e R\$ 41 milhões para empresas grandes e a manutenção das loterias municipais seria possível gerar um incremento de R\$ 11,6 bilhões ao ano na União, ou seja, está falando juntando todos os municípios. 11 bilhões seriam só previstos de arrecadações por essas loterias municipais. Então, nós temos aqui elementos de estudos que dão conta de que há um incremento substancial na economia de um município quando a loteria ela é municipal. Professor, eu vou te passar esse estudo, professor Iran. Quando a loteria é municipal e isso se separa quando é o contrário, apenas a loteria nacional é da União. Não se tem o mesmo aporte de repasses para os municípios. Portanto, presidente, nós temos todos os elementos para na comissão de finanças aprovarmos o projeto pela aprovação.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vereador Levi. Elber está no plenário.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA COMISSÃO DE FINANÇAS

A priori eu vejo, eu venho a concordar com o Isac, que se implementado para as finanças do município vai ser favorável. Não há o que discutir nesse aspecto não. Como eu falo, falei anteriormente exerce lições, esse projeto são algumas dúvidas de iniciativa principalmente da competência e a celeridade com que ele foi trazido para aqui sem uma possibilidade que a gente estudasse mais a matéria, mas nesse aspecto de tramitação sobre finanças eu sou favorável.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

4 a 1, não é?

LEVI OLIVEIRA – PP – RELATOR DA COMISSÃO DE FINANÇAS

Aprovado. 4 a 1, presidente. Aprovado. Foi a favor. Aprovado na Comissão de Finanças.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

OK. Unanimidade. O projeto está... Votação nominal? Tudo bem. Votação nominal. É complementar. Está em discussão. Para discutir, Lúcio e Iran. Pode falar, pode falar.

LÚCIO FLÁVIO – PL – DISCUTINDO PROJETO

Obrigado senhor presidente, apenas pra fazer um registro aqui a todos, toda a população que nos ouve agora pela TV Câmara nesse momento. Prestem atenção. A justificativa da defesa desse voto é falar de religião, quem está defendendo esse voto está falando que não pode misturar religião, mas quem é contrário não falou de religião. Eu aqui expresso a minha fé publicamente, eu sou cristão, mas em nenhum momento tratei de mérito e em nenhum momento falei que a minha posição tinha absolutamente nada a ver com religião, mas veja, no afã e no ímpeto de dar celeridade, e eu não sei porque essa pressa, eu registro a minha estranheza, porque estamos tratando aqui apenas do rito, não do mérito. Estamos falando que, diferente, eu respeito a posição do vereador Isac, queria dizer que nós somos um poder que não está submetido ao outro poder, não é verdade porque existe uma Comissão de Constituição e Justiça que não pode aprovar projetos sem o parecer de constitucionalidade. E esse parecer só pode advir a partir de pacificar no STF e estamos em vias disso. O Brasil está em vias de pacificar esse assunto e a partir daí a Comissão de Constituição e Justiça pode dar parecer. Até lá, nenhum parecer da Comissão de Constituição e Justiça é seguro. Então, qual é o problema da gente discutir que esse rito pode trazer insegurança, não tem nada a ver com religião, com expressão de fé, eu sou cristão e a minha religião eu não a tenho para dentro de quatro paredes de igreja não, ela dita todos os meus passos, as minhas decisões, eu levo a minha fé para onde eu vou, mas neste momento, eu estou falando do rito seguro desta Casa, se a gente está na iminência de ter as convicções acerca das dúvidas que estão sendo discutidas hoje aqui por todo mundo, todo mundo aqui sabe que há dúvida se pode vir daqui, se há dúvidas, se o município pode ou não fazer isso, está todo mundo falando isso aqui, mas apesar disso não, não pode usar religião para decidir isso, que é isso! Que a população esteja vendo, nós estamos com o reflexo sim das consequências, das apostas vindas de Bet. A loteria não é Bet, não estou falando do formato. Eu estou falando do hábito de consumo que está inclusive. Alô senhores empresários que estão assistindo agora aqui. Está assistindo? Sabe onde é que está saindo o dinheiro do consumidor que ia comprar com você que está gerando essa escassez? Das Bets comportamento de consumo que é exatamente idêntico à loteria.

Esta Casa precisa respeitar, viu senhor Anderson de Tuca? Tratar de rito. Aqui a gente precisa ter responsabilidade. Ninguém tá falando de religião. Ninguém aqui tá falando de Bet. Nós estamos falando aqui do rito. E o rito desta Casa merece respeito. A gente tá votando um projeto agora que foi lido no expediente dessa manhã. A gente tá perguntando qual é o motivo de esperar o STF em dias e semanas pacificar isso. Que agonia é essa? Que pressa é essa? Pra quê? Qual é a diferença de aprovar agora ou daqui a uma semana ou daqui a 15 dias? Muda em quê? Vai mudar a segurança que essa Casa vai ter de votar em um projeto respeitando a Constituição, respeitando o STF, respeitando o cidadão que votou a cada um daqui dos senhores. Ou é tudo sobre dinheiro? Ah, vai ter dinheiro, vai ter dinheiro. Libera as emendas dos vereadores que temos 26 aqui para fazer. Porque se a gente estiver fazendo conta de que tudo é dinheiro, vamos legalizar droga, vamos legalizar crack, maconha, porque também pode tributar e gerar dinheiro para o município acerca dessa legalização. Não é só sobre dinheiro. Não é só porque o dinheiro que vai vir para a loteria é de quem perdeu. O dinheiro de quem vem para a loteria é de quem deixou lá o seu dinheiro querendo ganhar e perdeu. Não tem problema de ser 25 contra 1. Se Camilo gostou, tudo bem, não tem problema, mas eu não tenho... Eu não tenho nenhum problema, senhor munícipe de Aracaju, dessa votação ser 25 contra 1. O meu problema é zero em relação a isso. Mas a população precisa saber do que é que nós estamos tratando aqui. A toque de caixa uma lei que ninguém aqui tem segurança se pode ou não pode ser aprovada por essa Casa, se pode ou não pode nascer aqui, se pode ou não pode um município gerar aqui, se a Câmara de Vereadores pode gerar uma estrutura nova, se pode gerar esse equipamento novo na estrutura administrativa de Aracaju, que é a loteria. Então, senhores vereadores, o meu questionamento é sobre rito, senhor presidente Ricardo Vasconcelos. É rito. Mérito a gente discute na hora do voto, mas já que nós temos aqui misturando-se alhos com bugalhos, falando-se de religião, de púlpito, independente da minha religião, acho uma temeridade essa Casa está votando dessa forma, desse modo operante, e me estranha essa pressa. A gente pode ter mais responsabilidade, respeitar a opinião contrária, porque eu acho que esse parlamento que tanto se falou aqui sobre diversidade, deveria ter mais respeito para quem pensa diferente, porque aqui a gente pode ser adversário nas ideias, sem ser inimigos enquanto pessoas. Então eu respeito quem pensa diferente, mas eu peço que fique registrado que temos tempo para esperar o STF pacificar e sabermos se podemos ou não estar falando sobre isso nessa manhã.

Fique consignado aqui para a história que eu voto contra a urgência e voto contra o mérito. Muito obrigado pela oportunidade.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Veja. Antes de Isac justificar, Pastor Diego... Discutir, né? Eu queria deixar bem claro para todos que nos assistem pela TV Câmara, todos que nos acompanham através da imprensa. Porque, Lúcio, quando vossa excelência fala assim que estranha, vossa excelência não devia estranhar, porque vossa excelência conhece o regimento. O expediente que nós temos do regime de urgência é para acelerar alguma votação que é do interesse do Executivo ou nosso. Dois vereadores me procuraram, Isac e Rodrigo. Presidente, isso aqui já está há um tempinho aqui, nós retiramos porque achamos que poderia ser mais fácil pelo Executivo. Conversamos com o Executivo, o Executivo achou melhor a gente reapresentar e colocar. Tem condições de você colocar em regime de urgência? Então, da mesma forma que eu faço, contemplando a vontade deles, poderia ser a sua ou de outro vereador qualquer. O presidente tem que julgar se é conveniente, se está dentro da legalidade. Então, o regime de urgência, ele pode parecer que está queimando alguma etapa, que está sendo na pressa, mas é algo que é do nosso interesse. É do nosso interesse votar isso aqui logo. É do interesse do Executivo votar isso aqui logo. Então, eu hoje estava pronto para colocar, inclusive, com toda a franqueza, o do empréstimo. Já é matéria conhecida. Só ia ter a discussão aqui da qualidade do ônus, que eu sei que até essa discussão estava prontinho para colocar o do empréstimo. Então, assim, eu devo obrigação à sociedade de explicar as reais razões que estão por trás de um regime de urgência. Quando é para o Executivo, é para ajudá-lo, para acelerar logo a vida dele. Quando é daqui do Parlamento, é para a gente também contemplar os interesses dos parlamentares, desde que, eu não perceba que tem algo errado por trás, que tem alguma coisa que pode, mais na frente, manchar nossa imagem. Se eu não vejo nada disso, os vereadores me justificaram. Olhe, Ricardo, temos aqui uma previsão de receita para o município de tanto. Eu, no primeiro momento, até falei para Elber, que não está aqui. Eu disse, rapaz, eu acho que isso aqui é matéria privativa do Executivo. Eu fui dar uma olhada. É exatamente isso que ele deu, passou pra gente. Mais ou menos 70% da corrente diz que o parlamento teria essa competência e tem ainda alguns dizendo que não teria. Sendo privativo do Executivo. Eu entendo que nós não estamos ensejando despesa nenhuma pro Executivo. Não estamos impondo obrigação nenhuma para o Executivo. Estamos criando um serviço no município, que é

o município, tudo bem, que vai mais à frente regulamentar, assim como fizemos a regulamentação do taxi lotação. Regulamentamos, mas mais à frente quem regula outra porta, a outra parte, é o município. Então, eu fui me cercar disso, porque querendo ou não, é o meu nome está em jogo também como presidente, que eu pautei. Então, não há nada por trás que venha macular, que venha manchar a nossa imagem, a nossa atuação parlamentar, é, como o pastor Diego disse na Comissão de Justiça, é prestigiando a atuação de vocês. Se vocês me pedem um regime de urgência, eu entendo que dá pra colocar, eu não vejo motivo nenhum da gente fortalecer a atuação do parlamento através disso, tá? E vocês já ponderaram, Iran ponderou, acho que Sonia ponderou, ponderou... Não vamos pra segunda não, porque a gente precisa... Pronto. Concordo. E por isso que eu coloquei, pra apreciação de vocês que eu concordava, e a gente não vai pautar esses dois mais hoje em segunda, porque já vários falaram aqui, ó, Ricardo, o da Cultura tá com problema aqui. Tem problema disso, disso, disso. Chama o secretário, o suposto, né, o futuro que já foi anunciado mais ou menos aí, o da Funcaju, conversa com a Emília, chama uma ruma de gente pra dar um “ajustezinho” e terça-feira a gente coloca. Não tem problema. O importante é a gente fazer bem feito. O importante, vou repetir mais uma vez para quem não escutou. O importante é fazer muito bem feito para que todo mundo tenha orgulho do trabalho da gente. Nós não fazemos as coisas de forma soldada. Por isso que a gente tem que tomar cuidado com as palavras, porque um de nós pode ser utilizado por atores aí fora para atacar o parlamento. Então, óbvio, nós somos seres humanos, a gente pode errar, mas o que eu quero tranquilizar todos é que não há nada por trás disso. O que há, sim, valorização da atuação de vocês. Eu entendo que se vocês precisam acelerar alguma matéria, e essa matéria não é de interesse individual de Isac, de Rodrigo, de Sávio, de Binho, é uma matéria que pode trazer recursos para a assistência social do município, que está falida, perdeu repasses do governo Federal, nós estamos precisando reforçar, a Emília estava conversando comigo, Ricardo, estou tentando remanejar, tentando ajudar a assistência social do município, o esporte, eu não me lembro mais as outras dotações que vão ser reforçadas, mas eu sou muito simpático, como disse na campanha do Destina-se, eu sou muito simpático a gente deixar o dinheiro aqui no município de Aracaju, deixar de mandar pra União e ficar aqui conosco, tá? Esse é um ponto que me traz, porque ninguém vai deixar de jogar. Nenhum de vocês, nem eu, nem ninguém, nem campanha publicitária que o município coloque, nem igreja nenhuma coloque, nem o Papa coloque, vai fazer o ser humano deixar de apostar. É da natureza humana. Mas se ele vai

apostar, que aposte no município de Aracaju, pro dinheiro ficar aqui pra gente, pra circular aqui, não. Não pra ele mandar lá pra fora, porque pode mandar pra União e a União investe no Mato Grosso do Sul, sem nenhum problema com o Mato Grosso do Sul, nem com São Paulo. Mas percebam os movimentos nacionais. Os municípios já estão puxando pra si. Outros estados já estão criando suas loterias. Sergipe é a pior? Então a gente tem que pegar o timing, não perder o bonde da história, e amarrar o negócio pra gente, tá? Então, essa é a minha opinião, estou aqui justificando, Lúcio, que o regime de urgência é pra isso. É porque eles já tinham protocolado, já tinham saído, já tinham discutido com a Emília, fizeram uma conversa com a Emília, né, que a Emília disse que, ó, não tem problema vocês aprovarem lá, eu sancione, eu respeito à decisão de vocês do Parlamento, porque de fato isso não é um serviço inerente da Administração Pública, não tem uma atuação direta do Executivo. Então, eu acho até que a Emília não tem nem interesse ou desinteresse, eu acho que talvez seja indiferente para ela, mas o tempo dirá que o que vem talvez de impostos, como mais à frente nós vamos mostrar, o Governador estava me comentando, Sonia, que talvez, muito provavelmente, há uma expectativa Iran, de só de ISS com as notas fiscais das bandas que vão tocar no Arraial do Povo, a gente recebe em torno de 10 milhões de reais. E os outros serviços agregados? Então, a gente tem que tomar muito cuidado quando a gente faz algumas críticas, como algumas pessoas criticaram. Olhe! O Governador está gastando tanto. Sim. E será que ele não tem um retorno social e financeiro para o Estado muito maior? Será que Emília, com o Forro Caju, ninguém criticou o Forro Caju, graças a Deus. Porque era uma expectativa muito grande da gente que fizesse uma festa robusta para Aracaju não ficar a quem das outras festas aqui no Nordeste. A gente vê o nosso povo saindo para gastar dinheiro em Campina Grande, Caruaru, Paraíba, Pernambuco. Por que isso? Se nós criamos um Forro Caju aqui que já demarcou território no forró. Então, não quero me alongar nisso, mas é só para justificar que da mesma forma que eu aplico uma regra para o Executivo de prestigiar e a gente ajudar a acelerar com o regime de urgência, eu não poderia fazer diferente jamais conosco. Então, Vereador Isac, com a palavra. Depois Iran, depois...

ISAC SILVEIRA – UNIAO BRASIL – DISCUTINDO PROJETO

Só para dizer, Presidente, que eu compreendo plenamente que alguém não queira votar a favor de um Projeto, porque ele não queira concorrer para quitar o prazo que exista. Então, eu tenho uma linha de pensamento e digo: Olha! Eu não sou favorável.

Veja! Hoje, na minha concepção, a loteria federal é constitucional, não é? Então, a prática é constitucional. A prática de jogar em loteria é legal. Nós estamos tratando aqui sobre o que é legal. Nós não estamos tratando sobre nenhuma matéria da ilegalidade ou querendo tornar algo ilegal, legal. Parece ser redundante, mas não é. A comparação pejorativamente que meu amigo Lúcio fez das drogas com a loteria, eu acho muito pejorativo e muito ruim essa comparação, porque ela tenta lamear a ideia que pode passar para a sociedade, que nós estamos discutindo aqui o que é ilegal. Olha! O Parlamento está legalizando o ilegal. Está legalizando as BETs. Não estamos fazendo isso. Nós estamos querendo concorrer com a União, disputar um filão que existe no mercado das apostas, que é, e digo mais, por incrível que pareça, é mais ou menos quando você trata com o drogado. Já os Professores, os estudiosos da área dizem: Por que uma pessoa usa droga em lato senso, em forma geral? Porque ele quer a adrenalina da droga. E você não combate às drogas dizendo: Não use drogas. Nunca se viu. Você combate à droga com outra adrenalina. Você vai dar outra droga? Não. Faz como Byron faz, o esporte. Você põe o esporte, que está comprovado que no exercício do esporte, na atividade, a sua adrenalina sobe também. Por isso, que eu estou dizendo que se você quer combater as BETs, que podem irrigar recursos para facções, para grupos ligados ao narcotráfico. Você joga numa BET aqui, você não sabe onde é que vai o dinheiro. Você joga em algo legalizado, que eu sei para onde vai. Vai para o Banco do Estado do Sergipe. Eu estou combatendo o jogo ilegal. Então, ao contrário do que eu tenho que fazer, se eu anulo a possibilidade do camarada jogar na municipal, ele vai jogar no ilegal. Ele vai jogar no jogo do bicho. Ele vai jogar nas BETs. Ele quer jogar ponto final. Então, o contraponto... É isso que estou dizendo... Modéstia parte, você precisa ter sabedoria. É como disse o Apóstolo Paulo. Obrigado Moura, quando diz o Apóstolo Paulo. Ele diz: “Me fiz de tolo para ganhar os tolos, e me fiz de sabido para ganhar os sabidos”. Eu quero tirar esse cara desse jogo. Eu desconheço hoje um estudo que comprove pessoas que faliram jogando na Loteria Federal. Desconheço. Pode ter havido um caso, mas conheço centenas de pessoas que quebraram, que se suicidaram jogando nas bets. Centenas, próximo de nós. Já estou terminando. Então, se a gente quer combater o vício, quanto mais do jogo, por incrível que pareça, é pelo jogo que você faz isso. Não é fora dele. Porque se eu fizer a pregação do não, aí que entra o viés ideológico e religioso. O não, não vai funcionar, “Diga não as drogas” tem centenas de anos e não funcionou para nada. Quando a gente quer entrar, eu sou de um bairro periférico, eu sou do bairro Industrial, bairro pobre, a gente

combate lá às drogas, sabe como é? É com o futebol. É com atividade física. Se você não fizer isso o cara vai... é assim, como uma corrente de água segue o que todo mundo está fazendo. Agora, quando você instala ali a grandeza do futebol, que é um dos elementos, porque os outros esportes não chegam até a periferia, você consegue fazer o contraponto a esse movimento. Então, eu estou dizendo isso, parece uma contradição. Você quer combater o jogo ilegal? Quer combater o desvio de dinheiro? A fomentação do narcotráfico? Joga na loteria municipal de Aracaju. Joga ali. Ali você sabe onde é que vai o dinheiro, Levi. Sabe que o seu ganho é certo, e sabe que tem a parte social na loteria municipal. Portanto, eu estou convencido que estamos no caminho certo, Presidente. Concedo um aparte, meu caro.

RODRIGO FONTES – PSB – APARTE

Eu acho que na vida nós devemos ser juntos. Eu, com todo o respeito, vereador Lúcio Flávio, vossa excelência critica o regime de urgência quando é de autoria de um vereador, de um colega, mas aprova quando vem do Poder Executivo. E o pior é a justificativa. Não, do Poder Executivo eu aceito porque eu sou vice-líder e tenho acesso aos projetos anteriormente. Então, eu vou sugerir que o senhor peça à prefeita Emília que nomeie 25 vice-líderes para que nós possamos ter acesso aos projetos para ela poder mandar um regime de urgência para cá. O que a gente quer para a gente, a gente quer para os outros. A gente não pode pregar uma coisa, pregar uma coisa e fazer outra. Qual a diferença de um projeto de urgência de autoria de um vereador para um da prefeita? Para o senhor tem diferença, porque o senhor é vice-líder. Eu vou sugerir que o senhor peça à prefeita Emília Corrêa que nomeie mais 25 vice-líderes para que nós possamos ter acesso aos projetos primeiro para poder ela mandar um projeto em regime de urgência. Muito obrigado.

LÚCIO FLÁVIO – PP – PELA ORDEM

Como eu fui citado, eu queria só responder a ele, por gentileza. Vossa Excelência não entendeu que a diferença é que eu não tive conhecimento prévio desse projeto para poder votar ou não votar. Mas o cargo de vice-liderança está à sua disposição também, caso Vossa Excelência tenha interesse. Mas é só o conhecimento prévio que deste projeto eu não tive.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Ok. Iran?

IRAN BARBOSA – PSOL – DISCUTINDO PROJETO

Eu vim à tribuna porque fica mais fácil, inclusive, de me comunicar daqui, que eu não fico de costas para ninguém. Apenas, presidente, para dizer assim, primeiro, dois apriorísticos que eu queria tratar. O primeiro deles é dizer que entendo todo o debate em relação ao requerimento de urgência. A urgência, ela é um procedimento que é regimental, nós não temos que questionar, o presidente tratou muito bem disso. E acho que nós temos aqui na Casa, até agora, tido uma mediação muito interessante da mesa, no sentido de garantir que a urgência aprovada não signifique o atropelo das análises. Para mim, essa é a essência de uma discussão. Claro que entendo o debate político que se trava em torno da urgência. Mas, nós temos tido aqui essa garantia até agora, e sei que é interesse do presidente mantê-la, é de que a aprovação da urgência não é para atropelar uma discussão junto aos parlamentares, junto à sociedade. Então, isso é regimental e tem um tratamento político que eu acho que tem sido interessante. Segundo, é uma prioridade, acho que muito do debate que está acontecendo aqui, diante de uma afirmação que fez o vereador Isac. O vereador Isac nos disse aqui textualmente que a prefeita Emília assegurou que não haverá negativa da parte dela em relação a esse projeto caso ele seja aprovado, ou seja, ela vai sancionar. Ela sancionará o projeto. Fica uma questão que, bem, o senhor, a prefeita Emília, todos nós aqui sabemos que há um questionamento e uma, digamos assim, divisão de posição em relação à prerrogativa de iniciativa do projeto. Por que é que ela não encaminhou? Já que concorda? Por que é que não foi encaminhado pela prefeita? Já que o interesse maior neste projeto de lei diz respeito ao executivo que com certeza conseguirá recursos para administrar. É de interesse do executivo. É um questionamento, são duas preliminares. Mas, presidente, no que tange ao conteúdo do projeto, veja, ele tem esse projeto, tem uma relação direta com uma discussão que já foi citada aqui, feita no Supremo Tribunal Federal, já com decisão. O Supremo avaliou e já decidiu que não é competência exclusiva da União, administrar consórcio de sorteios. A união tem a competência, a competência legislativa, a prerrogativa exclusiva de competência legislativa. Só a União pode legislar sobre consórcios e sorteios. Mas os estados e pela análise do, pelo menos é até onde eu acompanhei o debate lá atrás. Por isso, que disse que era intempestivo discutir isso hoje, porque tem algumas coisas que eu precisava retomar que acompanhei desse debate. Estados, na verdade como era uma ação direta de constitucionalidade contra uma lei de um estado que era o Mato Grosso, a decisão foi sobre o estado. Mas a análise do STF é

de que os entes federados eles têm competência administrativa sobre consórcios e sorteios, ou seja, eles podem oferecer o serviço. Desde que, aí é que está o pulo do gato, desde que estejam adstritos a regulamentação traçada pela União, ou seja, não pode nenhum estado, nenhum município, nenhum ente federado, criar consórcios, sorteios, que não respeitem a normativa nacional. Aí é que está, aí onde residem a dúvida, e razão pela qual eu já vou aqui antecipando meu voto, eu vou me abster nessa primeira votação, porque eu quero analisar com muito cuidado o projeto de lei do vereador Isac. Já disse que não tenho nenhuma divergência a priori em relação ao conteúdo, mas quero, vereador, fazer exatamente essa análise mais minudente sobre se a proposta está perfeitamente adequada ao que essa definição que o STF já colocou. E aí na sequência, votaria. O presidente não vai colocar para segunda votação hoje. Na sequência nós poderemos nos manifestar porque tem uma carência aqui. Quando o Supremo Tribunal Federal disse, a competência legislativa é exclusiva da União para esse tipo de coisa, mas a competência administrativa é partilhada com estados e municípios, era preciso que houvesse um conjunto de diretrizes fixadas pela União para que isso acontecesse. Salvo engano, a própria decisão do Supremo já aponta para isso. Então, é um terreno realmente ainda muito nebuloso, não é? Por isso que a gente precisa analisar com cuidado e com carinho. Não tenho nenhuma divergência de fundo em relação a isso, é uma prática usual, corriqueira. Se servir para ajudar ao município de Aracaju conseguir mais recursos respeitadas as regras e normas nacionais, não vejo nenhum problema relativamente a isso, tenho inclusive sugestões. Eu me lembro que quando já foi objeto de discussão nacional isso. Os estados e os municípios e aqui fica uma reivindicação. Os estados e municípios vivem a todo tempo decretando a falência de suas previdências a todo tempo. Mas não buscam iniciativas que capitalizem as suas previdências próprias. Nacionalmente já houve uma discussão muito profunda sobre o caminho que se poderia ter para capitalizar as previdências próprias dos entes federados, União, Estados e Municípios através das loterias, através de lotarias. Eu participei desse debate lá atrás, desde a década de 90 que isso se discute, mas não sei se está incluído pelo que a passagem de olhos que eu dei, não está. Enfim, presidente, quero dizer que estamos diante de uma matéria, que é uma matéria que já tem regulamentação nacional, é uma matéria que já tem decisão do STF e a gente precisa apenas estudá-la e ver como se posicionar. Como eu só tive acesso ao projeto de lei hoje de manhã, evidentemente não vou dizer que aprovo ou que vou me abster. Para na segunda votação, se for necessário apresentar emendas, dialogar com o vereador Isac, com o executivo sobre elas, a gente

vai apresentar. No mais, quero reiterar só uma coisa, vereador Isac pediu um aparte, pois não, vereador.

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – APARTE

Veja, há uma expressão, rapidamente, que é um ditado, que você não pode dizer e fazer as escuras, as claras, não faça as escuras. Não obstante essa reunião privada com a prefeita, mas estava ao meu lado o vereador Rodrigo Fontes, estava também o secretário de Articulação Política. E quando ela me propôs que eu apresentasse na executiva, eu disse, eu acho que pode ter problema de competência. Imediatamente, ele consultou e disse, olha, Isaac, não tem problema nenhum. O Fábio Uchôa, o parlamento pode apresentar. Importante, Isaac faça isso, algumas discussões, divergências. Eu entendo, ela ouve vários atores. Então, não somente a prefeita, como o secretário de articulação disse, vocês podem fazer isso e a prefeita sancionará. Então, isso é importante para entender que não é um arroubo juvenil meu, chega, chega, bote aí porque eu quero ser o cara, nada disso. Queria que viesse pelo executivo. Questões que foram íntimos da prefeita, ela é cristã, ela é evangélica, talvez desse uma conotação que ela estava concorrendo a favor do jogo e aí no mundo da política se deturba muito as coisas. Dizer para o senhor que gostei muito desse ponto da previdência, nós podemos emendar o projeto, inclusive os cálculos atuariais, entre aspas, que são feitos para falar do déficit da previdência, não se colocam só os arrecadados com loteria. Eles camuflam isso para jogar o déficit previdenciário o tempo todo. Muito bom. Nós vamos incluir como emenda. Se inclusive o senhor faça, se assim entender, e nós vamos aprovar.

IRAN BARBOSA – PSOL – DISCUTINDO PROJETO

Que bom. Que bom. Era isso, presidente. No mais, agradecer a vossa excelência, inclusive pela mediação e garantindo que a gente possa ter um tempo a mais para apreciar a necessidade de apresentação de emendas. É isso.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – JUSTIFICANDO VOTO

Presidente, eu queria fazer um registro aqui nessa votação da seguinte forma. Primeiramente, dizer que nós votamos a urgência foi a primeira votação, e o meu voto foi o contrário. Em seguida, a gente passou a analisar o projeto na Comissão de Justiça, considerando que ele já tinha sido aprovado no regime de urgência. Na Comissão de Justiça, eu me ative especificamente ao aspecto técnico. O que é que eu entendo? A Constituição diz que os poderes, eles são independentes e harmônicos entre si. Nós não

temos, por mais que o Supremo esteja analisando uma matéria, nós não temos nenhuma obrigação legal de esperar qual vai ser a posição do Supremo para a gente poder legislar, os poderes são independentes. Nós precisamos continuar trabalhando e continuar legislando. De outro lado, nós temos o aspecto do vício de iniciativa, e quando a gente vai pesquisar o vício de iniciativa, no Brasil inteiro não há uma consolidação. Tem municípios que foi o prefeito que fez, tem municípios que foi a Câmara que fez, e isso está acontecendo no país inteiro até essa análise do Supremo. Então, não há nenhuma necessidade legal ou obrigação de que a gente pare, de que a gente espere que o Supremo decida alguma coisa para a gente continuar o nosso trabalho, continuar o funcionamento de um parlamento. Eu estou falando apenas do aspecto técnico legal. Do aspecto do projeto em si, do mérito em si, eu voto contra. Pastor, por que eu voto contra? Porque eu tenho os meus princípios, eu tenho as minhas convicções, eu tenho ideologias e, acima de tudo, eu sou um pastor que trabalha no campo e eu cuido de pessoas com problemas com vícios. Eu visito pessoas internadas em clínica de recuperação e o motivo da internação é vício em jogos. Então, jamais eu vou votar favorável a criação de mais uma possibilidade de jogo, independente do jogo. O aspecto técnico não tem nenhum problema, mas do aspecto de mérito eu voto contrário. Pode ser jogo do bicho, pode ser loteria federal, pode ser loteria municipal, loteria estadual, pode ser o jogo que for, eu vou votar contrário. Sabe por quê? Existe uma outra modalidade de jogo hoje, onde muita gente está sendo presa. Teve uma operação recente na Bahia que são as rifas. As rifas. Esqueça Bet, as rifas. Teve um monte de gente presa na Bahia por causa de vários jogos de rifa sem nenhum tipo de regulamentação. Então, assim, jogo, eu vou ser contra. Então, eu quero registrar aqui o meu voto na legalidade. Não vi nenhum aspecto que pudesse impedir a tramitação do projeto, desde a urgência até a tramitação. E no mérito, eu tenho meu posicionamento contrário, peço vênia aos colegas e eu voto contrário, justificando aqui meu voto.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

O projeto está em votação.

MOANA VALADARES – PL – JUSTIFICANDO VOTO

Presidente, o Vereador Pastor Diego tirou as palavras da minha boca, Vereador. Veja, Vereador Isac, com todo o respeito que eu tenho à sua pessoa, ao seu trabalho, eu entendo e concordo, respeito a iniciativa, obviamente, do projeto de lei, concordo com a questão fiscal, como o presidente bem falou, sou simpática também a deixar os recursos

no nosso município, juridicamente falando, na minha análise jurídica, não entendo que nós precisamos esperar pelo STF para cumprir com o nosso papel de legislar, enquanto não existe uma decisão do STF. Então, nós entendemos pela constitucionalidade e temos toda a livre iniciativa para legislar sobre o tema, mas no tocante ao mérito entram às convicções pessoais e essas convicções pessoais a gente não pode afastar. As convicções pessoais, elas vão muito além da questão religiosa. As convicções pessoais, elas são formadas a partir das nossas experiências de vida. E nós, enquanto legisladores, não podemos nos afastar disso. Então, com muita tranquilidade, eu coloco a minha visão sobre o tema, sobre o tema específico, sobre o mérito. Eu, particularmente, tenho pessoas muito próximas a mim que viveram problemas com vícios de jogos e eu não me sinto confortável em votar a favor e favorável a esse tema. E com muita tranquilidade eu exponho aqui, sem medo desse julgamento, de votar contrário justamente à questão do mérito. Não é sobre religião, não é sobre trazer, tornar essa casa um púlpito religioso não é sobre isso, mas nós trazemos conosco as nossas convicções pessoais e eu não vou ferir os meus princípios, Vereador. Com todo respeito, eu peço que o senhor me entenda nesse aspecto, não vou ferir os princípios que eu carrego comigo e me sinto muito confortável já justificando o meu voto em ser contrária ao mérito desse projeto. Passo o aparte ao vereador Isac.

MOANA VALADARES – PL – JUSTIFICANDO VOTO

Vereador Isac.

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – APARTE

Primeiro que eu vou dizer para a Vereadora Moana que eu já expressei isso, que eu compreendo plenamente. Até porque, além das nossas convicções, há as chamadas consequências da politização das matérias. Embora a gente entenda que algo é normal e tranquilo, alguém vai e deturpa o processo. E lameia, às vezes, aquilo que a gente não quer, que é a nossa imagem, quanto político, quanto cidadão, quanto religioso. Eu entendo isso. Mas quero te contar rapidamente, por exemplo, uma experiência bem curta. A lei seca nos Estados Unidos. O álcool levou as pessoas à pobreza e ao vício. E o que é que os americanos fizeram? Proibiram a entrada de álcool e cigarro. Foi o que gerou a clandestinidade, né? O contrabando, o enriquecimento da máfia. Quer que o governo viu? Aquilo não deu certo. Ele disse, deixa entrar, eu vou taxar. E ele aí passou a taxar, muito, os whisky, as cachaças e os cigarros. Diminuiu o consumo. Claro que houve aquela época do apogeu do cigarro e tal e tal. É porque você não combate o vício,

eu vou repetir, dizendo não use, não fume, não beba. Você tem que fazer o contraponto dentro do próprio caminho. O contraponto para o jogo é o jogo legal. Não é a sua inexistência. E compreendo que para o seu entendimento particular e muito próprio não existe nenhum jogo, é o mundo ideal. Mas o nosso mundo ideal, segundo a Bíblia, está no alto. E eis que vejo um novo céu, uma nova terra. E lá não mais há pecados. Apocalipse 21. 9. Então esse mundo vai existir. Esse lugar vai existir. Mas não vai ser aqui. Obrigado, eu entendo completamente. Obrigado.

MOANA VALADARES – PL – JUSTIFICANDO VOTO

Tem uma questão totalmente de foro íntimo agora. Um aparte a Thannata.

THANNATA DA EQUOTERAPIA – MOBILIZA – APARTE

Obrigada, vereadora Moana. Queria dizer que respeito vossa excelência, Isac, mais uma vez, como todos os parlamentares, mas, para mim, pessoalmente, seria incoerente da minha parte votar favorável a esse projeto de lei, porque acompanho e vivo diariamente com pessoas que são viciadas, muitas das vezes, advindas pelos jogos de azar lá no Batalhão da Restauração. Então, a gente tem esse compromisso, tem essa responsabilidade em realmente continuar contribuindo para que isso seja sanado. Pode ser que não seja a melhor maneira, mas, para mim, nesse exato momento, aprovar não seria coerente com aquilo que nós trabalhamos todos os dias. Então, votarei contra por conta disso. Mas, Vossa Excelência sabe que nós teremos outras oportunidades e estaremos juntos. Mas é por pessoas, por vidas que a gente acompanha que está sendo destruída por conta disso. Tá bom? Obrigado, Moana.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vamos lá, não havendo mais quem queira justificar o voto. Vamos à votação nominal. Vamos lá, quem vota sim, vota a favor do projeto, quem vota não, vota contrário ao projeto. Para justificar, Sônia Meire.

PROFESSORA SÔNIA MEIRE – PSOL – JUSTIFICANDO O VOTO

A justificativa do voto em abstenção, não é contra o projeto nesse momento, mas apenas para a gente chegar a um consenso da importância de votar ele com mais legitimidade pela Câmara e também sem cometer nenhum vício de iniciativa, porque a

gente está discutindo isso aqui também. E também a possibilidade de aperfeiçoar o projeto, de apresentar emendas. O vereador Iran já apresentou uma proposta aqui, e o autor do projeto defendeu que apresente emendas, e a gente também está analisando aqui, no âmbito da própria assistência social.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vereador Bigode, concluiu a votação? Aprovado o projeto, 14 votos, 4 votos contrários, 4 abstenções.

Projeto de Lei nº 41/2025; autoria: Poder Executivo. 1ª votação. Dispondo da Organização Básica da Secretaria Municipal de Cultura, SEMCUT, votando aparecer na Comissão de Justiça.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – EMITINDO O PARECER NA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Senhor Presidente, na Comissão não vejo nada que impeça a criação de uma nova secretaria, tendo em vista que a competência privativa da prefeitura, da gestão municipal, criar cargo, administrar da forma que tender melhor a sua gestão. Então, eu voto pela tramitação do projeto na Comissão. Como vota o vereador Elber?

ELBER BATALHA – PSB – VOTANDO NA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Acompanho a vossa excelência.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – EMITINDO O PARECER NA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Vereador Isac, como vota vossa excelência?

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – VOTANDO NA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Presidente, primeiro dizer que é por demais oportuno a criação da Secretaria de Cultura. Dizer para o senhor que há questões da Lei Rouanet, da Lei Paulo Gustavo, que carecem da necessidade da existência da Secretaria de Cultura. O Governo do Estado que havia no primeiro ano de mandato, o Governador Fábio, se absteve de criar a Secretaria de Cultura, retomou a discussão e criou a Secretaria de Cultura e nomeou agora o secretário Valadares Filho, obrigado, Byron, como secretário. E a prefeita Emília Corrêa, nesse mesmo diapasão, de uma exigência nacional, de estar recriando a Secretaria de Cultura aqui em Aracaju, para que nós possamos, de novo, de novo, buscarmos recursos para a nossa cultura. E isso depende de quê? De uma lei que está sendo aprovada aonde? Na Câmara do Aracaju. Olha como o nosso discurso é coerente, tanto para a loteria como também para a cultura. De quem é o projeto? Do executivo. É para quê? Para fomentar a cultura através do recurso. De onde? Da União. Onde é que dá o dinheiro? Na União. Se não tiver a Secretaria de cultura, não vem. Não pode requerer a Lei Rouanet, a Lei Paulo Gustavo, por aí vai. Portanto, estou muito feliz que nossa coerência está sendo mantida. Nós continuamos buscando as condições melhores para o povo de Aracaju. Não é assim, Bigode? Muito bem.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Como vota o vereador Anderson de Tuca?

ANDERSON DE TUCA – UNIÃO BRASIL – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Com o relator, Senhor Presidente.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

A vereadora Sonia Meire?

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Primeiro, dizer da importância do Sistema Nacional de Cultura, da volta do Ministério da Cultura no governo Lula e, por isso, nós estamos tendo também a possibilidade de, nos estados e municípios, estarem se adequando para garantir política pública de cultura, porque a cultura só se desenvolve se for política pública. Então,

nesse sentido, nós vimos com muita, de muita importância e muito valor, o projeto do Executivo para criar a Secretaria de Cultura. E depois nós vamos discutir no mérito as questões que nós precisamos também debater aqui, para que essa Secretaria cumpra verdadeiramente a sua função. Portanto, diante da importância e a urgência de termos políticas públicas por meio de uma Secretaria Municipal de Cultura, eu voto pela tramitação do projeto.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Aprovado na comissão, Senhor presidente.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Comissão de Obras, que o presidente é o nosso querido Maurício.

MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS

Senhor Presidente, eu voto pela tramitação do projeto de lei, até porque é algo muito importante e necessário no nosso município, a disposição dessa organização da estrutura da Secretaria de Cultura aqui no município de Aracaju. E como vota o vereador Breno Garibalde?

BRENO GARIBALDE – REDE – MEMBRO DA COMISSÃO DE OBRAS

Sigo o relator, senhor Presidente.

MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS

Como vota o vereador Sávio?

SÁVIO NETO DE VARDIO – PODEMOS – MEMBRO DA COMISSÃO DE OBRAS

Acompanho o relator, senhor presidente.

MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS

O vereador Soneca, como vota, vereador? *Ad hoc*, como é que vota o vereador Levi?

LEVI OLIVEIRA – PP – MEMBRO AD HOC DA COMISSÃO DE OBRAS

Com o relator, senhor presidente.

MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS

Aprovado, senhor presidente.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Soneca, registre o seu voto no microfone, por favor.

SONECA – PSD – MEMBRO DA COMISSÃO DE OBRAS

Acompanho o relator aí, senhor presidente.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS-PSD

Aprovado nas comissões. O projeto está em discussão de autoria do Poder Executivo, não havendo mais para discutir... Elber Batalha.

ELBER BATALHA – PSB – DISCUTINDO PROJETO

Senhor presidente, a minha discussão, e eu quero pedir a atenção dos colegas, porque, apesar de estar discutindo aqui como líder da oposição, a minha fala é uma fala de destaque da importância desse projeto ser aprovado, mas também de considerações que temos que fazer sobre outros temas que permeiam esse projeto. Primeiro dizer o seguinte, o projeto como os demais projetos que vieram do Executivo, tem vários erros, erros assim, principiantes. Por exemplo, em determinado momento, vereador Breno, cita-se que altera-se a lei municipal do Conselho Municipal de Cultura. Só que cita-se a lei de 2013, que foi revogada, e não a lei de 2024, que aprovamos no ano passado, que deu uma nova formatação e uma nova dinâmica ao Conselho Municipal de Cultura e esse é um dos vários erros que a lei tem. E outra coisa que nós discutimos aqui, há uma sobreposição de atribuições. Em muitos lugares, a lei coloca a mesma atribuição para a Funcaju e para a Secretaria, o que coloca o mesmo prédio para ser de competência administrativa da Funcaju e da Secretaria. Então, isso vai virar uma superposição, uma sobreposição de funções, várias atribuições estão em duplicidade, e algumas atribuições que são de política cultural, ela remete para a FUNCAJU, o que seria essencialmente da secretaria, e algumas que são de execução, que seriam eminentemente da FUNCAJU, elas trazem para a secretaria. Utilizando como paradigma o que foi feito agora

recentemente pelo governador Fábio Mitidieri no governo do Estado, onde se criou uma secretaria estadual de cultura, que tinha sido extinta, e a FUNCAP, e terá uma coexistência harmoniosa com a Secretaria, a gestão das políticas públicas de cultura e a gestão dos espaços culturais, como teatros, auditórios, centros de criatividade, passarão para a Secretaria de Cultura, melhor dizendo, passaram já na lei. E a organização de eventos, como o forró da Orla de Atalaia e tantos eventos que o governo tem feito, ficarão com a FUNCAP. Dentre eles, também me parece que a Orquestra Sinfônica de Sergipe ficará com a FUNCAP. O que não está claro nesse projeto é o que está com quem, Janelinha, pelo contrário, o projeto confunde mais ainda o que está com quem. Outra coisa que é de extremo, e aí não seria um óbice, mas de um extremo mau gosto, é chamar uma Secretaria de Cultura de SEMCULT, o que gera uma situação, do nome da secretaria, começar de sem cultura. Mas, como eu disse isso poderia ser um motivo de uma pequena brincadeira e de ser um rasouro, mas não evitaria essa situação. Conversamos eu e a vereadora Sonia Meire com o presidente Ricardo, mostramos que corrigir isso através de emendas, a gente geraria um verdadeiro Frankenstein nesse projeto. E quero ressaltar a importância de criar a Secretaria Municipal de Cultura. É uma exigência do Sistema Nacional de Cultura. E, da minha parte, não vai nenhuma crítica aqui ao município sobre isso. Agora, poderíamos aqui nos arvorar da competência de consertar. Mas tem tanto erro e tem tanta sobreposição que, apesar das emendas que a competente assessoria de Sonia apresentou, era um remendo sem fim e o conjunto ia ficar aquela coisa meio Frankenstein. A proposta que apresentamos ao presidente foi de aprovarmos em primeira discussão todos e o presidente ir ao executivo discutir para que o executivo traga na terça-feira um substitutivo dividindo as atribuições já, e que a gente aprove o projeto numa redação final. Porque, repito, o executivo precisa ter mais cuidado com a elaboração dos projetos que traz para cá. Um assessor colocou no pente fino da inteligência artificial o projeto, bateu mais de 80% do projeto feito por inteligência artificial. Mais de 90, não foi? Feito por inteligência artificial. Ou seja, está se pegando projetos de outros lugares, jogando na IA e fazendo. Falo isso sem tom de brincadeira, sem nenhum sarcasmo. Eu vou fazer uma fala aqui, eu ia fazer, o estagiário atacou de novo. Semana passada nós recebemos um belíssimo relatório das emendas parlamentares. Na foto, é a foto da praia de Atalaia, mas sabe qual foi à praia que botaram na foto? A Orla de Fortaleza. A relação de secretariados que tem no relatório das emendas disse que o presidente da FUNCAJU é Cássio Murilo. Cássio Murilo foi o presidente da FUNCAJU no primeiro ano da gestão Edvaldo em

2017. Cássio Murilo é filiado ao PT e hoje já está há dois anos, é o presidente do IBAMA. Ou seja, quando a gente botou no sistema, foi feita por IA também o relatório das emendas. Tem emenda minha que está dizendo lá, vetado, uma emenda minha para a educação de jovens do Instituto Marcelo Deda. Aí, na emenda está sendo vetada, óbice intransponível. Eu aí me assustei, liguei para o Instituto Marcelo Deda, pedi para irem lá. Sabe qual era o óbice intransponível? Abertura de uma conta bancária que nunca chamaram o Instituto para ir abrir a conta para receber o dinheiro. Mas o óbice intransponível foi a IA que colocou. Não sei com que critério a IA fez isso. Então, está na hora de deixar a inteligência artificial, e usar a competência dos técnicos, que eu tenho certeza que existem pessoas competentes para fazer as coisas, que muito desse projeto, como bem lembrou o Camilo aqui, estão botando IA para fazer esse serviço. IA é para ajudar, não é para complicar. Está aparecendo, presidente, um caso recente que ocorreu num poder judiciário, não no Sergipano, que se pediu uma sentença. Aí, esqueceu-se de apagar as orientações para a IA e, na sentença: Fazer uma sentença nesse sentido, aí o IA fez e não apagou, e esqueceram e publicaram. Então, a Orla de Fortaleza ser a capa do relatório das emendas de Aracaju e Cássio Murilo ser o presidente da FUNDAT é a prova que é a IA que está fazendo as coisas da Prefeitura. Mas, independentemente disso, criar uma Secretaria de Cultura é importante. Eu fui secretário de Cultura, sei da importância, sei dos recursos que o governo federal tem enviado para o Brasil todo e para Sergipe não tem sido diferente, para Aracaju como capital, que acaba sendo um catalisador das manifestações culturais. Votarei a favor, independentemente da prefeita Emília colocar o irmão dela como secretário ou não, até porque reputo a Paulo Corrêa, uma pessoa capaz, um homem que é um pesquisador cultural, não vejo nenhum demérito nele ser irmão dela e ser secretário de cultura, até porque a legislação permite. Mas, o projeto está mal feito e não dá para reemendar esse projeto. Tem que sentar, vamos aprovar em primeira discussão, é o que eu sugiro. Já tivemos essa conversa oficiosa com o vereador Isac, com o presidente, com Sonia, e que tragam terça-feira, e a gente aprova na terça-feira de forma definitiva, fazendo um acordo entre FUNCAJU e SEMCULT até agora, espero que também no conserto mudem o nome da secretaria, para que chegue-se a atribuição, porque não é da nossa competência também dizer o que um vai fazer e o que o outro vai fazer. A administração é que tem que dividir as suas atribuições de acordo com o entendimento da Chefe do Executivo. Então, era essa a minha fala, sugiro que votemos em primeira discussão, eu vou votar favorável, a oposição vai votar favorável. Mas, que a gente

possa consertar isso e quem tem que consertar isso é o Executivo, chamando seus dois órgãos, futuros gestores da secretaria, e FUNCAJU e dizer, meu irmão, vamos sentar aqui, o que fica com quem? Vamos fazer o substitutivo e, de minha parte, fora tirar as competências do Conselho Municipal de Cultura, que eu não aceito, essa lei está dizendo que o presidente do Conselho Municipal de Cultura, o secretário de Cultura virará o presidente do Conselho Municipal de Cultura. Isso é absurdo. O Conselho, o nome já diz, o Conselho é quem aconselha o secretário. São representantes de vários segmentos da cultura, que dão suporte da comunidade, da sociedade, da coletividade, da gestão. Eu fui secretário de Cultura do Estado e eu não era presidente do Conselho. Eu tinha assento sem direito a voto. Eu podia participar, mas não podia votar, porque o Conselho vota nas orientações que me dão. Se eu começo, presidente, a ser o presidente do Conselho que me aconselha, não tem lógica isso, e é um erro crasso desse projeto, essa mudança, e ainda indica a lei errada do Conselho, que é mais um erro que provavelmente a IA cometeu. Mas agradeço, e era essa a minha fala.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Professora Sonia Meire.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – DISCUTINDO PROJETO

Então, primeiro, eu gostaria de dizer que ontem, quero dar um exemplo, ontem nós estivemos na Procuradoria Federal para discutir a reserva extrativista da Mangaba. E foi uma reunião excelente porque ela foi consensual entre as partes envolvidas da necessidade de construir instrumentos próprios regulamentados com respeito à comunidade tradicional. Depois eu vou tratar disso, mas onde eu quero chegar. E na oportunidade eu sugeri que a partir do decreto que vai ser, vai revogar um e vai colocar outro decreto para regulamentar a reserva extrativista, nós sugerimos que a prefeita Emília Corrêa, com base em uma construção coletiva, respeitando a comunidade, elaborasse um projeto de lei e enviasse para a Câmara. Ela respeitando todas as fases que estão colocadas lá na ata pública para todo mundo saber o que foi que aconteceu. Então, a nossa disposição é sempre de construção coletiva, é sempre de melhoria daquilo que pode ser melhorado e que pode garantir direitos. E essa foi a nossa postura com a criação das novas secretarias, exceto uma que eu já expus aqui, que era das PPPs e PPIs. E eu lamento muito que foi interpretado aqui por alguns vereadores e

vereadoras, que nós estávamos querendo atrapalhar o processo, encher linguiça, como o termo que foi usado chulo, para discutir as emendas construídas a partir dos movimentos organizados. Nós temos movimento de mulheres, movimento de mulheres aqui organizado, que leu o projeto e não se viu no projeto. Nós temos movimento de pessoa com deficiência e muitos deles que assumiram inclusive a secretaria, ou que vão assumir, não tiveram oportunidade de discutir o próprio projeto. De cultura, nós discutimos o projeto de cultura com uma base considerável que produz cultura no município de Aracaju. E com base nisso, além dos pontos colocados pelo vereador Elber, que eu não vou aqui repetir, nós temos acordo com os pontos que ele levantou de falhas do projeto, nós temos outros que comprometem a Secretaria Municipal de Cultura na sua responsabilidade da política pública. Dentre eles, o Conselho e o Fundo Municipal de Cultura. Não tem a discussão do Fundo Municipal de Cultura, não tem nenhuma pertinência nesse projeto que foi colocado. Eu não quero aqui nem avaliar, nem fazer nenhuma discussão sobre quem elaborou, não me interessa quem elaborou, não me interessa as condições que foram elaboradas, se foi pelo site GPT, se não foi. Porque até se fosse pelo GPT tem que saber elaborar também e perguntar ao GPT, né? Interessa-me aqui como vereadora, representante da população aracajuana e também uma mediadora, uma das mediadoras dentro da discussão da cultura, trazer aqui os elementos fundamentais que não podem estar ausentes de um projeto de criação de uma secretaria de cultura. Então, nesse sentido, referendando aqui a fala do vereador Elber e nesta conversa que tivemos agora também, hoje pela manhã, inclusive o próprio vereador Ricardo Vasconcelos, também apresentou emendas, nós vamos sentar para analisar o conjunto e junto com o executivo, o executivo pode enviar um substitutivo, se assim desejar, para que nós possamos apresentar um projeto robusto, capaz e a altura da cultura que é produzida na sociedade aracajuana, pela população aracajuana, pelos fazedores e fazedoras de cultura. Portanto, nós vamos votar nesse primeiro momento pela criação da secretaria, mas precisamos até a próxima votação ter a garantia que isso vai ser concluído, caso não seja possível construir esse substitutivo, nós vamos analisar a compatibilidade das emendas, apresentar aos senhores e as senhoras para que possam ler e discutir conosco para que possa produzir aqui e aprovar um projeto que não seja só uma remenda, mas que seja reelaborado realmente na íntegra. Então, há possibilidade, se for aberta essa possibilidade e eu acho que é possível sim. Pelo exemplo que eu tive ontem no MPF com a prefeita, ela disse, vamos cumprir isso aqui, vamos ouvir. Nós já tínhamos proposto antes. Revoga e vamos construir outro ouvindo a comunidade. Não

foi possível fazer, mas ontem ela disse vai ser possível fazer. Então, eu penso que os representantes aqui do próprio executivo possam também nos ajudar a fazer essa mediação, presidente, para que a gente possa ter de fato, algo construído, robusto e a altura como eu acabei de dizer aqui da necessidade da produção da cultura e da disseminação também, não é só da produção, mas da socialização de tudo que é produto cultural da nossa cidade. Muito obrigada.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Com a palavra Lúcio.

LÚCIO FLÁVIO – PL – DISCUTINDO PROJETO

Obrigado, senhor presidente. Corroborando com a fala do colega, vereador Isac, que citou aqui acerca de coerência. Queria corroborar que, desde o início da gestão Emília, que a gente trata da reforma administrativa. E no dia de hoje a gente consegue encerrar a discussão com a última secretaria que faltava. Nós tratamos da Secretaria de Parcerias que era a Secretaria do Secretário Fábio Uchôa. Tratamos a Secretaria da Mulher, tratamos da Secretaria PCD, que estava sendo tratada desde a época da campanha da vereadora Emília. Tratamos de todas as secretarias necessárias até chegar essa última e por conhecimento acerca desse assunto, da cultura que vinha sendo discutida, desde antes nós votamos favoravelmente nesse encaminhamento desse projeto. Então, quero só registrar mantendo a coerência de conhecimento acerca do que estou tratando voto favorável ao projeto.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Não havendo mais queira discutir, o projeto está em votação, aqueles que concordam permaneçam como estão, aprovado. Projeto de Lei nº 184/2025, em regime de urgência do Poder Executivo, em primeira votação. Antes desse projeto, eu vou convidar a Melissa Rollemberg que ela é a presidente da FUNDAT para ela fazer uso da palavra por 10 minutos na tribuna. Ela vai fazer uma explanação acerca da importância desse projeto e nós vamos oportunizar esse momento. Pela ordem Iran.

IRAN BARBOSA – PSOL – PELA ORDEM

Vossa excelência permite, eu sei que essa notícia interessa a muitos, acaba de surgir a fumaça branca lá no Vaticano. O nome ainda não está anunciado pela imprensa,

mas a imprensa já divulga que depois de quatro escrutínios, já foi escolhido o novo líder da Igreja Católica Apostólica Romana. Fumaça branca, abemos Papa.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Isac, pela ordem.

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – PELA ORDEM

Nós já encerramos a votação da cultura, da reforma administrativa?

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Sim, da cultura já.

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – PELA ORDEM

Vamos entrar agora na menor. A Melissa já está ali, tá? Obrigado.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Com a palavra, Melissa, fica à vontade. 10 minutos.

MELISSA ROLLEMBERG CAMBOIM – PRESIDENTE DA FUNDAT

Bom dia, boa tarde, né? Boa tarde a todos, saúde à Mesa, em nome do presidente, Ricardo Vasconcelos e a toda a sociedade. Nós temos aí uma lei que é de 2017. Essa lei, ela existe. Fala sobre o jovem aprendiz municipal. Só que essa lei, ela nunca foi aplicada. Ela nunca foi aplicada. Nós temos um programa de governo da nossa prefeita em que ela fez a promessa de desengavetar essa lei e aplicar para que a gente possa minimizar os problemas sociais encontrados na nossa capital, famílias em situação de vulnerabilidade. Para quem não sabe, essa lei, ela não é a lei federal que fala do jovem aprendiz, vereadora Moana, é a lei que fala do programa específico dentro da própria prefeitura. Essa lei, ela vai ser aplicada dentro das secretarias, dentro das autarquias, da fundação. É uma lei que conta com 5% do percentual destinado aos cargos de comissão de nível médio, que terá que ser cumprido dentro da nossa Prefeitura, dentro do Poder Executivo. O impacto é um impacto grande, social. É o dever do ente público, é o dever que temos para com toda a sociedade. É o dever que temos para com jovens maiores de 14 anos e menores de 18 anos. É um dever social. É uma lei que virá para mostrar que esta gestão não está preocupada só com o que aparece na televisão, o que aparece na rede social. Esta é uma gestão que está preocupada em trazer dignidade, oportunidade para os mais vulneráveis, para os jovens que nunca

tiveram condição de ter uma boa moradia, de ter o seu primeiro alimento matinal, sabe, vereador Bigode, para aqueles jovens que muitas vezes tem seus pais chorando durante a noite porque não sabe como vão alimentar seus filhos. Então acredito eu, que todos os vereadores aqui, devam seguir o que a prefeita já destinou, desengavetando esta lei de 2017, que trazia embrólios em relação ao pagamento, que trazia embrólios em relação à questão salarial, de férias, de FGTS. Essa lei traz tudo isso. Esse desengavetamento é moral, é constitucional, e é mais do que tudo, é um dever de todos nós, enquanto sociedade civil, temos que arcar com todos os ônus dessas crianças, desses jovens que não têm oportunidade. É sobre isso. A Lei do Jovem Aprendiz Municipal, ela virá para mostrar que nós estamos, sim, todos nós, preocupados com a nossa sociedade. É sobre isso. Muito obrigada.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Muito obrigado, Melissa, sucesso lá na sua Pasta, bons trabalhos.

Projeto de Lei 184/2025 de autoria do Poder Executivo, em 1ª votação. (Leu).
Faltando o parecer na Comissão de Justiça. Pastor Diego.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Eu estou aqui tentando abrir o projeto, que meu sistema tá fora, já pedi aqui a Mesa, eu quero olhar o projeto aqui antes de dar o meu parecer, emitir o parecer. Esperando aqui a disponibilização do projeto. Parece que o sistema tá fora aqui. Muito obrigado. O vereador Isac trouxe aqui a minuta impressa, para que a gente possa rapidamente avaliar e emitir o parecer. Só pra poder aqui trazer informação aos vereadores, o projeto que altera o artigo 15 da Lei nº 4.949, de 2017, passando a vigorar com a seguinte redação. “É assegurado ao aprendiz o salário mínimo hora, fazendo juiz ainda. Inciso I. 13º salário, FGTS e repouso semanal remunerado. Inciso II. Férias de 30 dias, coincidentes com os períodos de férias escolares, sendo vedado seu parcelamento ou conversão em abono pecuniário. Inciso III. Seguro contra acidentes pessoais. Inciso IV. Vale transporte quando cabível. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.” Não vejo nada que impeça a tramitação. Pelo contrário, é um projeto que busca assegurar e garantir direitos. Eu voto pela tramitação. Como vota o vereador Anderson de Tuca?

ANDERSON DE TUCA – UNIÃO BRASIL – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Sigo o relator.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Vereador Isac Silveira?

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Com nobre relator.

ANDERSON DE TUCA – UNIÃO BRASIL – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ad hoc, vereador Breno Garibalde?

BRENO GARIBALDE – REDE – MEMBRO AD HOC DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Sigo o relator.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Vereadora Sonia Meire?

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Sigo o relator.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Aprovado, Presidente, na comissão.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Com a palavra, Maurício, na Comissão de Obras.

MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS

Senhor presidente, voto pela tramitação do projeto. Como vota vereador Breno Garibalde.

BRENO GARIBALDE – REDE – MEMBRO DA COMISSÃO DE OBRAS

Com relator, senhor Presidente.

MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS

Como vota, vereador Sávio?

SÁVIO NETO DE VARDÓ – PODEMOS – MEMBRO DA COMISSÃO DE OBRAS

Voto pela tramitação.

MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS

Como vota o vereador Soneca?

SONECA – PSD – MEMBRO DA COMISSÃO DE OBRAS

Com relator, senhor Presidente.

MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS

Ad hoc como é que vota a vereadora Thannata?

THANNATA DA EQUOTERAPIA – MOBILIZA – MEMBRO DA COMISSÃO DE OBRAS

Sigo o relator, senhor Presidente.

MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS

Aprovado, senhor Presidente, na Comissão de Obras.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

O projeto está em discussão, não havendo... Professora Sonia Meire para discutir.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – DISCUTINDO PROJETO

É breve, por conta do avançar da nossa hora também, a gente tem uma reunião já. É para dizer da importância da alteração e dizer que o jovem aprendiz, é muito importante que se envolva também jovens e adolescentes, que estão hoje em situação de casa lá, de abrigo, que precisam também ter o seu lugar de trabalho, de desenvolvimento das suas habilidades, de desenvolvimento do seu processo de aprendizagem e profissionalização. Então, parabenizar pela alteração e votar aqui favorável, já justificando meu voto. Obrigada.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Projeto muito bom mesmo. Breno.

BRENO GARIBALDE – REDE – DISCUTINDO PROJETO

De forma breve também parabenizar, parabenizar a prefeita, parabenizar a secretária Melissa, estivemos diversas vezes dialogando sobre isso, subi nessa tribuna cobrando a implementação do menor aprendiz desde a legislatura passada porque Edvaldo fez essa lei, sancionou e nunca tirou do papel. É muito importante para a sociedade, é muito importante para os jovens, é uma oportunidade de emprego, é uma oportunidade de se inserir no mercado de trabalho e a gente precisa sim estar cobrando, fiscalizando, para que esses jovens estejam fazendo seu papel, cumprindo seu papel como cidadão e lá ajudando as secretarias, aprendendo um trabalho, aprendendo uma profissão, até para estimular aí, né, vem na cabeça dele algum, um despertar sobre alguma profissão que ele não conhecia. Então, muito importante a inserção desses jovens dentro do Poder Municipal. Então, parabéns Emília Corrêa, parabéns Secretária Melissa e essa luta é nossa, é da sociedade aracajuana.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Com a palavra, Vereador Isac.

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – DISCUTINDO PROJETO

Presidente, eu também quero aqui, as experiências que nós temos de vida nos transformam muito. Eu fui o menor aprendiz, eu trabalhei no GBarbosa, no supermercado por 14 anos e 6 meses de idade. Eu me chamava de part-time. E na labuta, no sofrimento, na expropriação que os capitalistas fazem, a gente percebe como a vida é dura no mercado de trabalho. Você percebe que, não obstante um salário pequeno, onde a mais-valia se concretiza, nós percebemos também que as pessoas

crecem, o adolescente e o jovem crescem no trabalho. Crescem, inclusive aprendendo como é opressor, muitas vezes, o poder do patrão. Não que ser patrão seja o mal em si, mas alguns patrões são terríveis, usam o chicote e o sofrimento como prato. Então, quando a gente estabelece a oportunidade do primeiro emprego, do menor aprendiz, a gente forma cidadãos. Cidadãos que entendem que é pelo trabalho que nós conseguimos sustentar as nossas vidas. Então, Emília está extremamente correta e feliz. Quando tira do empoeirado arcabouço aí jurídico essa legislação e harmoniza com a realidade e dá à Presidenta FUNDAT, à Melissa, as condições de colocar no mercado de trabalho os jovens aprendizes, que clamam tanto por uma oportunidade Maurício Maravilha. O Senhor que é um jovem, que é um jovem Engenheiro, sabe como é importante essa primeira oportunidade. E a partir daí, para terminar, Presidente, essa primeira oportunidade é quando a gente acorda para as realidades e percebe que o estudo, para nós que somos de famílias pobres, continua sendo a única alternativa. Por isso, que uma escola estruturada, uma escola organizada ajuda muito. Aqueles que têm herança podem olhar para o lado do pai ou avô e pensar se vai administrar a fazenda ou a empresa. Para nós que somos famílias humildes, só nos resta uma saída para ter uma vida mais digna, que é o estudo, que é a educação. Portanto, que Deus abençoe a Melissa no fazer, no cuidado com esses jovens aprendizes. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Bigode, com a palavra.

BIGODE DO SANTA MARIA – PSD – DISCUTINDO PROJETO

Senhor Presidente, eu quero aqui parabenizar a Prefeita Emília Corrêa e parabenizar esta Casa de acatar este Projeto, votar neste Projeto em benefício de tantos adolescentes e do nosso jovem em si, que este jovem precisa de ter prioridade no mercado de trabalho. Eu ainda vi a semana passada, Presidente, uma jovem, chorando no momento que recebeu o dinheiro e dizendo: - Agora eu vou comprar meu calçado e minha roupa no centro da cidade. Isso é uma felicidade. Está de parabéns, Prefeita, está de parabéns esta Casa e de parabéns a todos nossos colegas Vereadores. Muito obrigado.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Com a palavra Maurício Maravilha, depois Levi, depois Thannata, depois Byron e vamos colocar Professor Iran.

MAURICIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – DISCUTINDO PROJETO

Serei breve, minha fala aqui resume em questão de parabenizar a gestão de Emília Corrêa, parabenizar também a Secretária Melissa Rollemberg da FUNDAT por esse grande avanço e também parabenizar a todos nós aqui parlamentares por estar no dia de hoje aprovando esta Lei tão importante como o Vereador aqui. O Líder da Prefeitura Isac colocou a respeito dos jovens, a necessidade de ter o seu primeiro emprego. Só quem passa por isso sabe o quanto é difícil quando procuramos trabalho no mercado de trabalho e vê que as portas se fecham porque não tem uma experiência. E, através desse jovem aprendiz, esses jovens sairão capacitados para serem inseridos no mercado de trabalho com maior qualidade. E ainda dizer que foi louvável de incluir nesse projeto de lei a questão do compromisso da gestão em deixar 5% de todos os seus órgãos municipais, para que chamem esses jovens aprendizes para estar lá dentro da gestão municipal também, dando sua contribuição. Parabéns e que Deus abençoe.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Com a palavra, Levi.

LEVI OLIVEIRA – PP - DISCUTINDO PROJETO

Senhor Presidente, para falar sobre um pouco desse tema, parabenizar à Prefeitura de Aracaju por mais essa iniciativa. Uma das pautas que eu venho defendendo bastante, geração de emprego e renda, isso nada mais justo que essa lei que já é federal, já contempla essa questão dos jovens aprendizes, do menor aprendiz. Mas, que agora, a gente traz para o nosso município essa melhoria, esse assegurar dos direitos desses jovens que buscam realmente, de fato, o primeiro emprego, a primeira oportunidade. Todos nós sabemos a dificuldade que é ingressar hoje no mercado de trabalho. Mas, esse programa que traz os jovens, aproxima, para que eles tenham realmente o primeiro contato com a empresa, a primeira experiência, isso é um tema muito interessante, tema sensível, é uma prática que já adotamos, que o Ministério Público cobra em si, mas realmente de fato que as empresas cumpram essa cota que existe hoje. Mas, que realmente a Prefeitura de Aracaju está de parabéns por mais essa iniciativa, por mais essa conquista para os nossos jovens, para a geração do primeiro emprego, e esse é muito importante. Digo e repito, o emprego é a melhor política social que existe e aí nós damos um passo muito importante para isso. Então, Deus abençoe e parabéns.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Com a palavra, Thannata.

THANNATA DA EQUOTERAPIA – MOBILIZA - DISCUTINDO PROJETO

Senhor Presidente, na verdade eu gostaria de parabenizar, mais uma vez, a nossa prefeita Emília por essa iniciativa. Eu fui jovem aprendiz aos meus 15 anos e isso me trouxe disciplina, me trouxe responsabilidade financeira. Então, a gente sabe o quanto isso é importante para os nossos jovens. A gente sabe o quanto a primeira oportunidade, o primeiro emprego abre portas para, por exemplo, não ter os adolescentes no mundo das drogas. Então, é uma forma de trazer responsabilidade para esses jovens, para esses adolescentes e, claro, dando oportunidades realmente de crescer na vida. E é isso que a sociedade, que toda Aracaju precisa, de novas oportunidades. E é disso, é assim que a gente vai construir uma nova Aracaju. Então, parabéns.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Com a palavra, o vereador Byron.

SARGENTO BYRON – MDB - DISCUTINDO PROJETO

Presidente, eu queria, nesse momento, parabenizar a gestão da prefeita Emília Corrêa. O Governo do Estado já trabalha com o jovem aprendiz e tem aberto muitas oportunidades para os jovens de todo o Estado e a Prefeitura, seguindo esse mesmo caminho, mostra o compromisso. Como bem falou o vereador Maurício, a vereadora Thannata, essa oportunidade de o jovem ter a primeira oportunidade de trabalho, traz a possibilidade de quando tiver adulto, já ter experiência, de certa forma, para inserir no seu currículo. Então, esse movimento que a Prefeitura faz, dá dignidade e possibilidade dos jovens ter um caminho, um caminho a seguir, uma profissão a aprender. Então, nesse momento, eu parabenizo o Governo do Estado, pelo que já estava fazendo há muito tempo, e a Prefeitura, pelo olhar que está tendo com os jovens na cidade de Aracaju.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Professor Iran.

IRAN BARBOSA – PSOL - DISCUTINDO PROJETO

Presidente, também para me somar aos colegas, eu acho que é uma iniciativa que merece que a gente faça elogio, quero parabenizar a iniciativa, parabenizar a professora Melissa que esteve aqui conosco fazendo a apresentação. Garantir o voto favorável. Mas, não quero perder a oportunidade de fazer uma análise, ainda mais que estamos em um mês que comemoramos o dia da assistente social, que nos chamam sempre a atenção para isso que eu vou falar agora e quero me referir. É o seguinte, A legislação que trata dessa matéria é uma legislação ainda muito inspirada lá no Decreto-Lei de 1943, a CLT, portanto de um tempo em que a concepção que envolvia crianças e adolescentes ainda era uma concepção menorista. Nossa legislação foi sendo reproduzida dentro dessa concepção. Até o Estatuto da Criança e Adolescente, que rompeu com essa concepção menorista, e introduziu uma nova visão, garantindo que crianças e adolescentes são também sujeitos de direitos, é uma nova visão sobre crianças e adolescentes. Contudo, toda a legislação que a gente faz, e aí não é um demérito à iniciativa desta administração, se nós formos ver, a lei de 2017 está sendo alterada, trata disto, usa o termo menor, mas acho que nós aqui nessa Casa especialmente em atenção a nova legislação, em atenção aos ensinamentos de quem lida com a questão da assistência social, temos que começar a pensar em como substituir essa concepção minorista na legislação por uma outra visão, uma visão de criança e adolescente que são sujeitos e direitos. Fica aqui o registro, felicitações à administração pela iniciativa, ampliando inclusive as garantias para esses jovens aprendizes, aliás, vimos que aqui muitos dos colegas que nos antecederam usaram a expressão jovem aprendiz, porque já incorporaram uma visão de que bom não estamos falando de pessoas menores, estamos falando de jovens, não é? A visão que é trazida pelo estatuto da criança e do adolescente. Precisamos trazer essa visão para as leis municipais também. Não é só município de Aracaju que incorre nesse erro não, o Estado incorre, a União incorre, mas nós como legisladores temos que estar atentos também a essa mudança de concepção. Era isso, presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

O projeto continua em discussão. Para discutir, Elber.

ELBER BATALHA – PSB – DISCUTINDO PROJETO

Presidente, é rapidamente só para tornar pública uma dúvida que nós tivemos, que eu discuti com vossa excelência. E nosso querido Lulinha também ali foi quem ressaltou e eu fui dar uma analisada com o Pastor Diego e vimos uma coisa. O projeto

está criando a obrigatoriedade de pagar FGTS desse menor aprendiz. Em regra, o poder público não precisa pagar porque o poder público não contrata pelo regime celetista e sim pelo regime direto da administração pública. Parece-me que talvez tenham tido essa iniciativa para ver a possibilidade de contratação através de uma empresa que vai administrar esse serviço ou coisa do gênero. Tenho dúvidas, como vossa excelência também tem, não é? Da possibilidade do poder público por via direta pagar esse FGTS, já que não seria o caminho normal. Mas não serei eu que vou criar empecilhos a contratação desses jovens, só espero que não seja mais um equívoco de construção de projeto. E me parece que isso já foi inserido lá na criação, na alteração feita na lei de menor aprendiz que passou aqui. Já constou lá no artigo 19 a obrigação de pagar o FGTS. A meu ver, é um custo a mais para o município e é uma coisa que não se reflete em tanto benefício para o menor aprendiz, porque é um FGTS de 2% depositado na conta, 2.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Quanto?

ELBER BATALHA – PSB – DISCUTINDO PROJETO

Dois.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Esse aqui 2? A regra geral é 8.

ELBER BATALHA – PSB – DISCUTINDO PROJETO

É. O FGTS é 2, a alíquota que foi fixada. É 2% do valor de remuneração que já é ínfima. Eu acho que para o menor era mais efetivo até ele receber integralmente a bolsa que já é pequena. Mas enfim não, não serei eu que causarei óbice a essa questão, era apenas para fazer o registro que isso não passou despercebido pela Câmara.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Veja, eu julgo ser um direito a mais, um benefício a mais. Só é um pouco preocupante se isso não traria nenhuma repercussão do ponto de vista de uma obrigação e o Tribunal de Contas amanhã venha questionar à Emília, não é? Mas a Procuradoria dá um suporte a ela, eu não vejo problema nenhum a gente aprovar, se houver qualquer tipo de equívoco, ela não faz o pagamento, mas a Câmara observou, fez esse questionamento. Seria interessante que ela se cercasse de um lastro jurídico melhor para

ver se realmente não há nenhum tipo de problema pagar FGTS para esses menores, tá?
Oi. Sim.

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – PELA ORDEM

Posso falar?

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS - PSD

Pode.

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – PELA ORDEM

Temos servidores estatutários e temos servidores celetistas. Então, eu penso que supera essa, essa precariedade pressuposta pelo vereador Elber Batalha, tá?

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

É porque o menor aprendiz tem uma legislação específica a nível federal, estamos aprovando aqui, não é? Então, tem esses riscos.

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – PELA ORDEM

O que abunda não vicia.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

É, e a Procuradoria a gente chama atenção para que a Procuradoria dê um suporte maior à Emília e dá um uma cobertura. Oi Lúcio.

LÚCIO FLÁVIO – PL – PELA ORDEM

A preocupação faz todo sentido, tendo em vista que, conversando com a presidente da Fundat, a professora Melissa, faz sentido essa preocupação, porque seria a contratação via uma empresa... Um CIEE, por exemplo. Exatamente. E, de fato, não prever FGTS para estagiários, e talvez não seja uma competência nem municipal tratar desta questão específica de FGTS.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

O menor aprendiz, Lúcio, poderia... Se o município perceber que não... que não... Federal, a Lei Federal. A Lei Federal está dizendo que a gente tem que pagar o FGTS. Veja, é só a Emília cercar, que não há problema nenhum em pagar. Tudo bem, entendeu? A procuradora do município, todo mundo cerca, mas...

LÚCIO FLÁVIO – PL – PELA ORDEM.

É só pra deixar claro que a contratação é via empresa para trabalho e ofício nos ambientes da prefeitura. Não é pra empresas prestadoras de serviços nem terceirizadas. É pra ser lotado na prefeitura via empresa que contratará esses jovens. Na mesma modalidade que a gente conhece, porque era uma situação meio *sui generis*, porque pra empresa privada isso é fácil de tratar. A máquina da prefeitura não estava muito pacificada. A lei prevê organizar a coisa.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – PELA ORDEM

A lei federal não trata disso, de servir a empresa. Então, isso aqui é uma adequação à lei federal, ao direito que é garantido ao jovem aprendiz. Então, isso tem que ver. Porque, se for tudo via empresa, aquilo que for via empresa, tudo bem, pode pagar. Agora, a gente não defende que o jovem aprendiz seja contratado via empresa. A lei federal, inclusive, coloca isso como outras possibilidades de administração direta. Não é ser empregado. É ele aprender a se preparar. Isso. E não via empresa, porque aí você vai, é outra história, é outro caminho.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Iran, vai discutir? Não havendo mais quem queira discutir, o projeto está em votação, aqueles que concordam permanecem como estão – aprovado por unanimidade. Eu vou fazer a leitura desse requerimento aqui 165/2025 que é de minha autoria. (Leu). O requerimento está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação, aqueles que concordam como estão, aprovado.

Convoco outra sessão extraordinária para daqui a alguns segundos, declarando encerrada a presente sessão.

[SESSÃO ENCERRADA]

Texto revisado Yan Beck Sampaio.